

RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Boitempo, 2015.

Ana Cláudia Pinto Corrêa

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Docente e Coordenadora de Pós-Graduação do Centro Universitário da Fundação Educacional
Guaxupé
E-mail: anaclio15@hotmail.com

DOI:

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v5i10.11002>

Recebida em 10 de maio de 2017

Aprovada em 12 de julho de 2017

A cidade e os adjetivos – ordem, politização, letramento – que a definem, constituem o caminho que o leitor deverá seguir para desvendar, da idealização à edificação, da preponderância das letras ao alcance do poder, como a cidade latino-americana da época colonial, de certa forma, se perpetua até a atualidade.

No Capítulo I – *A cidade ordenada* – é desenvolvida, com intensidade, a ideia de que, teria sido na América – principalmente em sua porção espanhola – que os europeus puderam concretizar o projeto de construção de uma cidade racional e planejada. Mais ainda: o Novo Mundo seria o único lugar em que esse “sonho” poderia se tornar tangível. No entanto, o preço a ser pago por este continente foi caro, uma vez que os colonizadores utilizaram o princípio da *tabula rasa* frente ao desconhecido. Foi então, a partir daí, que ganhamos um modelo urbano de duração secular: a cidade barroca, forjada nos séculos XVI e XVII.

É bem verdade que no fundo da bagagem dos europeus, encontravam-se resquícios medievais. Foi então a América que os ingressou no que o autor denomina de capitalismo expansivo e ecumênico. Imbuídos deste dúbio pertencimento, seus antigos modelos urbanos serão ressignificados, posto que a vivência da nova realidade permitirá uma extrapolação não só da idealização, mas de sua reificação.

Acredito que aquela ressignificação, seja, na verdade, a concretização do espaço urbano como entendido por Arantes¹, no sentido em que sua estruturação não antecede nem decorre do social, mas de fato o constitui, mantendo entre si relações de interdependência,

¹ ARANTES, Antonio A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

para que não se produza o que ele denota de efeito perverso, ou seja, a cisão entre os estudos a respeito do espaço urbano (edificado) e aqueles sobre os processos sociais.

Para que esta *cidade idealizada* se efetivasse, seria necessário um prévio desenho urbanístico, voltado ao futuro resultado esperado. Era o “sonho da razão”, que se deslindaria, na América Latina, por meio do desenho – tabuleiro de xadrez – que reproduziria as cidades barrocas e, tal qual o jogo, os princípios a seguir seriam o da planificação e, sobretudo, o da ordem. A mensagem para o funcionamento desse modelo era clara; a distribuição do espaço urbano deveria assegurar a forma social oriunda da Espanha ou de Portugal, pois era do centro do poder que se originava a constituição física da cidade.

Ora, isso é perceptível nos decretos reais: primeiramente a cidade deve ser idealizada, mas também ordenada (já que a ordem pré-existe a qualquer ato material de seu estabelecimento). E, para ratificar sua existência, garantindo a posse do novo território, a orientação real era para que houvesse uma escritura. Assim, a palavra escrita – europeia – fazia sua entrada triunfante nos domínios coloniais e, mais uma vez, acredito perpetrar-se a renúncia à alteridade, já que povos indígenas tinham desenvolvido a vida urbana em seu meio.

O desenho gráfico viria, por sua vez, complementar a autoridade conferida pelo saber escrito. Era a vitória do signo, por sua perenidade, inalterabilidade e, aqui, mecanicidade, além de se coadunar com uma época prenhe de utopias. Não por acaso, o autor remete à Utopia de Morus: não foram as cidades da ilha meticulosamente planejadas para que nelas se encaixasse a perfeição da sociedade também idealizada?

As cidades americanas, desde o início, apresentaram uma duplicidade, a que correspondia à ordem física e a que correspondia à ordem dos signos. Ora, não teria tido a América como um todo uma vida dupla, maniqueísta, por meio do embate entre o certo, o desenvolvido, o progresso, a civilização, herdados dos europeus e o errado, o atrasado, o conservador, a barbárie, herdados dos povos indígenas? Os dois últimos adjetivos comparados foram séculos depois utilizados como baliza por Sarmiento – presidente argentino – em cuja obra, *Facundo*, expressou sua oposição ao campo comandado por caudilhos e a defesa da *urbe* como fonte da civilização. Aliás, as cidades americanas teriam sido incumbidas, desde um passado longínquo, de civilizar o seu entorno.

O Capítulo II – *A cidade letrada* – nos apresenta a atuação dos letrados, grupo social especializado do qual emanaria o poder institucionalizado, em sua missão civilizadora.

Composto por eclesiásticos ou leigos, constituiu majoritariamente a burocracia colonial, incumbida da comunicação entre metrópole e colônia. Mais que isso, não apenas serviram a um poder (rei, Igreja), mas conseguiram, igualmente, transformarem-se em seus donos.

A vitória da palavra escrita sobre a palavra falada, a rigidez da primeira *versus* a fluidez da segunda, ou a erudição – fonte da autoridade metropolitana – de um lado e o universo oral – representativo da derrota e submissão – dos ameríndios, de outro. Dessa forma, o Capítulo III – *A cidade escriturária* – nos coloca, *vis-à-vis*, a uma pretensa superioridade dos letrados em relação à sociedade ordinária. Assim, a sacralização da escritura se impôs e se perpetrou até mesmo após o processo de independência.

Em termos linguísticos, verificamos novamente um dualismo entre uma língua pública – peninsular em sua origem e utilizada pelos representantes do poder – e uma popular, falada no cotidiano da vida privada ou nas relações sociais inseridas em um mesmo estrato (plebe). A segunda caracteriza-se pela sua constante mutação, o que lhe confere um caráter dinâmico; porém a *cidade letrada* interpretará essa flexibilidade como sinal de ignorância e barbarismo. Na outra margem, impõe-se a rigidez da língua considerada culta; fato que proporcionou uma unidade em seu funcionamento.

O processo de independência da América Espanhola, iniciado em 1810 trouxe uma luta armada por anos afora, levando à implantação de governos republicanos. Se por um lado presenciamos certo rompante inovador, por outro assistimos à permanência da *cidade das letras*, que agora se colocava a serviço dos governantes americanos e, uma vez mais, repetia-se o descompasso entre a função escriturária e a sociedade real, perceptível principalmente nas Constituições recém-criadas. Desta feita, houve a necessidade de se criar uma organização educacional para fornecer a “matéria prima” aos cargos governamentais. Para tanto, tratou-se novamente de se atentar à língua, de decidir qual seria a legalmente representativa dos Estados que por hora nasciam.

Apresentou-se então o embate entre a linguagem falada nas ruas e a dos letrados, que guardava a herança da corte espanhola. Mas havia ainda uma nova perspectiva nesta disputa, qual seja, a independência literária que acompanharia a própria independência política, desembocando em uma literatura nacional.

A *cidade letrada* venceu sua primeira provação com o processo de emancipação e a segunda teria início por volta de 1870, com a entrada em cena da modernização. O Capítulo

IV, *A cidade modernizada*, propõe nos mostrar como em seu bojo desenvolveu-se um setor que, recentemente incorporado às letras, passou a desafiar o poder instituído.

Os novos intelectuais (fundamentavam-se nas novas correntes racionalistas, como o positivismo) – os pedagogos, em especial – começaram a colocar os “doutores” em xeque, bem como as universidades que os criaram, ao demonstrarem a dissociação entre eles e a realidade. E com quais instrumentos essa oposição enfrentou o encastelamento daquela “cidade”? Primeiramente, tratou-se de reconhecer a supremacia da letra para nela introduzir novos grupos sociais. Daí se originaram as leis de educação comum, que resultaram na ampliação da universidade através das escolas técnicas – influência positivista – no intento de equilibrar a hegemonia de médicos e advogados. Assim, é do setor acadêmico que emergirá um espírito crítico apto a absorver as demandas dos grupos sociais mais pobres, notadamente urbanos. O jornalismo, setor em crescimento, passou a absorver a nova intelectualidade. Seu valor residiu no fato de não se colocar na órbita do Estado.

A cidade letrada e modernizada assumiu outra incumbência, a da extinção das culturais rurais – cuja transmissão da tradição se dava via oralidade – pois o território nacional deveria ser integrado sob a égide da capital, sob o olhar urbano, em que se pese o triunfo da civilização liberal contra a barbárie. Cabe aqui uma referência a Calvet², para quem o conflito entre a palavra falada e a escrita, é denominado racismo linguístico, uma vez que, mesmo havendo a possibilidade de as línguas sem escrita serem transcritas, sua utilização permanecerá em áreas “subalternas”. A relação se repete: linguagem escrita e cultura, lembrando a percepção da permanência do conflito entre centro e periferia ou, por que não, da luta de classes?

Se, para Williams³, a cotidiana luta de classes está presente em todos os planos da vida social, bem como os instrumentos garantidores da hegemonia, é compreensível identificarmos a língua como um dos elementos utilizados na manutenção e disputa pelo poder – primeiramente pelo colonizador e depois pelas elites americanas. Rama menciona dois pontos neste sentido. Um deles é o que diz respeito à nova vitória da *cidade das letras*, pautada no fato de que a manutenção da memória, antes oral, agora é “garantida” pelas letras, e letras urbanas. O segundo demonstra que a cultura rural não foi extinta, mas apropriada

² CALVET, Louis-Jean. *Tradição Oral e Tradição Escrita*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

³ WILLIAMS, Raymond. *Maxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

pelo projeto nacionalista, cuja legitimação do sentimento nacional precisava do componente popular. Não seria essa uma estratégia, no sentido da constante necessidade de se reconstruir as posições hegemônicas?

A cidade que estava em processo de modernização, agora dá início à sua politização. O Capítulo VII – *A pólis se politiza* – retrata aspectos econômicos e políticos da América Latina a partir do centenário da Independência (entre 1910 e 1922), marco utilizado pelo autor quase como um divisor de águas, já que este teria sido seu segundo nascimento. Cenário em que se apresenta a Revolução Mexicana, iniciada em 1911; em que os Estados Unidos dão impulso a seu imperialismo no continente e a América passa a incorporar doutrinas como o socialismo, anarquismo e comunismo.

Ora, os letrados continuaram onde sempre estiveram: na órbita do poder. Esses escritores modernizados acabaram por assumir uma função ideologizante, por meio de uma superpolítica educativa (palavras do autor) que, com seu caráter laico, deveria ocupar o lugar das crenças religiosas. Esses intelectuais estavam integrados ao discurso intelectual do Ocidente, notadamente de matiz francês. Entretanto, houve quem se preocupasse com a introjeção passiva das ideias europeias.

O Capítulo VIII – *A cidade revolucionada* – encerra esta obra anunciando o princípio da “era das revoluções” na América Latina. A demarcação utilizada é a Revolução Mexicana de 1911 (o mesmo ano que teria marcado o início do século XX em nossas terras). Na verdade, nessa nova era inaugurada, são destacados não só movimentos revolucionários (Cuba, Nicarágua), mas também movimentos transformadores como a *disciplinada democracia* de Vargas no Brasil, o justicialismo (Idem) de Perón na Argentina e o socialismo de Allende no Chile.

Outra transformação vista é aquela que recai sobre o partido político, que tem ampliado o número de membros. Os intelectuais irão ocupar suas cadeiras, mantendo a mesma postura anteriormente vislumbrada: apenas o exercício do poder permitiria a implantação de mudanças na sociedade.

No início deste trabalho, a sugestão foi para nos embrenharmos na relação entre o espaço e os sujeitos sociais. Assim, opto por encerrá-lo reforçando esta visão a partir de uma das ideias de Gupta e Ferguson⁴, segundo a qual o controle do espaço é visto como uma

⁴ GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000, p. 30-49.

condição das relações hegemônicas, obtendo um alcance para além do domínio territorial, se partirmos do pressuposto que espaço e sujeito promovem uma contínua troca de informações e saberes.